

ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Comunico a justificativa de ausência do deputado Lucas de Lima, conforme CI nº 16/2026, e do deputado Junior Mochi, conforme CI nº 027/2026, na data de 25 de março de 2026, em virtude de agenda externa. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. *"Ata da Décima Oitava Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Dezenove da Décima Sétima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 2/26 do Poder Executivo; Ofícios nºs 57.017, 57.035, 57.047, 57.050, 57.062, 57.068, 57.074, 57.077, 57.133, 57.235, 57.244, 57.248, 57.251, 57.254, 57.485, 57.488 e 57.494/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 16.174/2026, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 3.098/2026, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Carta nº 293/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul; E-mail de Ricardo Guedes Kumm. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Antonio Vaz, Paulo Corrêa, Zeca do PT, Caravina e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Roberto Hashioka. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 1/2026, de autoria do deputado Renato Câmara; Projeto de Lei nº 10/2026, de autoria do deputado Caravina. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 195/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Sueli da Silva Leite; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Rogélio Vitorino Barreto; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada a policiais militares em reconhecimento à sua exitosa, técnica e corajosa atuação no enfrentamento à criminalidade no município de Coxim/MS, no dia 17 de março de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada a um delegado de Polícia Civil e a policiais militares em reconhecimento*

*à sua exitosa atuação no enfrentamento ao crime organizado no município de Dourados, que resultou na neutralização de indivíduo de alta periculosidade vinculado à facção criminosa PCC, responsável por crimes graves ocorridos naquela localidade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao senhor empresário Elizeu Gomes castanheira, proprietário da empresa Depósito Guaicurus, em reconhecimento à sua relevante atuação no incentivo e no apoio a ações sociais e esportivas nesta Capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada à Associação Atlética Bataguassu, em reconhecimento à sua histórica campanha no Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol, culminando com a classificação para a final da Série A da competição estadual e, conseqüentemente, para a Copa do Brasil e para o Campeonato Brasileiro da Série D; requerimento, de autoria do deputado Professor Rinaldo, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 1º de julho do corrente ano, às 19h00, para a realização de Sessão Solene de entrega do Diploma e da Medalha do Mérito Legislativo em Homenagem ao Cooperativismo, a serem conferidos às pessoas físicas e jurídicas que se destacam na prestação de serviços, no desenvolvimento e no fortalecimento do cooperativismo sul-mato-grossense, conforme a Resolução nº 022/2025, do dia 04 de setembro de 2025. Foi pedido destaque pelo deputado Caravina (e aprovado em discussão única e votação nominal) do requerimento de informações, protocolo nº 00428/2026, de autoria do deputado João Henrique. Requerimento de informações, de autoria dos deputados João Henrique e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Mara Caseiro, Zé Teixeira, Jamilson Name, Professor Rinaldo, Antonio Vaz e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e quatro de março do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Marcio Fernandes que assuma momentaneamente a primeira-secretaria e proceda à leitura do expediente desta sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Marcio Fernandes - MDB) — Ofício nº 85.966/2026, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 476/2026); Ofício nº 32/2026, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo à indicação do deputado Marcio Fernandes (Prot. nº 322/2026); Ofício nº 759/2026, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, informando sobre Audiências Públicas para Demarcação de Áreas da União nos municípios de Jateí, Tacuru e Naviraí; Ofício nº 553/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 398/2026); Ofícios nºs 57.014, 57.020, 57.023, 57.026, 57.029, 57.032, 57.038, 57.041, 57.044, 57.080, 57.090, 57.094, 57.097, 57.789, 57.792 e 57.795/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações/requerimentos dos deputados Renato Câmara, Coronel David, Lidio Lopes, Lia Nogueira, Antonio Vaz, Zé Teixeira, Roberto Hashioka, Jamilson Name, Junior Mochi, Gleice Jane e Pedro Kemp (Prot. nºs 249/2026, 240/2026, 240/2026). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Solicito ao deputado Paulo Duarte que ocupe momentaneamente a presidência, para que eu faça uma indicação e um comentário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Duarte - PSB) — Tem a palavra o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA - PSDB — Quero fazer um comunicado aos senhores deputados e às senhoras deputadas presentes na sessão. A ação política que fizemos com o presidente [do Paraguai] Santiago Peña e com o governador Eduardo Riedel a respeito da Estrada da Ingazeira surte já seus primeiros efeitos... Faço essa comunicação em especial ao deputado Zeca do PT, até porque ele é lá da região de Porto Murtinho, como eu (eu cheguei depois, o Zeca já estava lá antes). É com muita honra que estamos tentando fazer uma outra rota, que ligará Porto Murtinho à cidade de Concepción, deputado João Henrique, cruzando o rio Apa, na localidade chamada San Lázaro. Eu peço à informática que exiba as imagens... Já foi desapropriada a área onde será a ponte, já está sendo desmatada, o presidente Santiago Peña está cumprindo seu compromisso, está sendo aberta a primeira picada, e a gente fica feliz, pois é uma ação política desta Casa, que muito me ajudou. Está aí o mapa, de um lado do rio é San Lázaro, do outro é Brasil, e os senhores podem ver a localidade exata onde ficará a ponte, local estreito. A ligação se completa com a MS-165, a famosa Estrada da Ingazeira, indo até a BR-267, em Porto Murtinho. Agradeço à informática da Casa, vou deixar esse comunicado por escrito. É a nossa ação política surtindo efeito! e não é outro o papel da Assembleia Legislativa.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência me permite um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Claro, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Primeiro, para cumprimentá-lo pela iniciativa. Segundo, para me somar nessa iniciativa que é particularmente sua, visto que foi Vossa Excelência que tomou a frente nas negociações com o Governo, tanto do Paraguai quanto do Brasil. E ambos os governos, é bom que se diga, Vossa Excelência mais do que ninguém sabe, têm interesse estratégico nessa ligação asfáltica ligando Porto Murtinho a Vallemí. Essa obra é importantíssima, na medida em que se está para concluir a ponte sobre o rio Paraguai, na Rota Bioceânica. E nós sabemos, Vossa Excelência sabe, deputado Pedro Kemp, que a região de Vallemí-San Lázaro tem grandes jazidas de cal agrícola, de calcário para cimento, há lá a principal indústria cimenteira do Paraguai. Portanto, do ponto de vista do desenvolvimento daquela região, historicamente abandonada, esse trabalho de Vossa Excelência é fundamental. Tenho absoluta certeza de que essa obra é o prenúncio de um novo tempo de prosperidade, de desenvolvimento, de geração de riqueza e emprego, tanto para o Brasil quanto para o Paraguai. Parabéns pela iniciativa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço e incorporo na íntegra o aparte do nobre colega, que tocou num ponto importantíssimo. De fato, essa obra tem tudo para contribuir em termos de lucro para Mato Grosso do Sul, que vai poder adquirir cimento de Vallemí 30% mais barato do que o que se compra aqui... Ah, mas as cimenteiras aqui vão chiar, não importa: o Mercosul garante o comércio bilateral. Ademais, como Vossa Excelência sabe, toda a Bioceânica está sendo feita com solo-cimento, o que é uma grande novidade (no Chaco paraguaio não foi fácil, pela falta de jazida de pedra perto; realmente estamos diante de uma inovação. Isto sem falar no impulso que isso vai dar à indústria do turismo, deputado Zeca, é uma região belíssima e pouco explorada; para quem gosta de pescaria, o Apa é uma maravilha, é um dos rios mais piscosos de Mato Grosso do Sul. Em suma, ganham e muito ambos os países. E teríamos outra ligação para Assunção, saindo de Vallemí, passando por Yby Yaú e indo a Horqueta, já a praticamente trezentos quilômetros da capital Assunção — por dentro, o que seria fantástico, ainda mais com a Bioceânica funcionando no outro sentido. Acho que essa ponte vai ser fundamental, assim como o foi a construção da ponte (o Roberto Hashioka nos representou muito bem nesse processo) lá na divisa de Taquarussu com Porto São José, no Paraná. Se bem que a ponte em Taquarussu é um pouquinho pesada em termos de custo... um bilhão, né?... São dois quilômetros de ponte, que vão custar R\$ 1,3 bilhão de reais. Não é barato, não, mas é isso mesmo, acho que a gente pode sonhar em *fazer pontes*, não em *fazer muros*, acho que essa que deve ser a tônica nossa aqui no Mercosul, devemos olhar para os nossos vizinhos paraguaios e para todos com quem podemos fazer essa integração. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado João Henrique. Transferida. Queria agradecer, de forma que fique registrado em ata, que essas fotos que acabo de lhes mostrar são de autoria do nosso repórter binacional Toninho Ruiz, faço questão de dar a ele os créditos, que é ele que sempre nos municia com as imagens de Porto Murtinho. Tem a palavra o ilustre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero reiterar um pedido que já fiz aqui três ou quatro vezes, ao senhor Maurício Simões Correia, Secretário de Estado de Saúde, e à ilustríssima doutora Marielle Alves Corrêa Esgalha, diretora-presidente do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, solicitando medidas urgentes para sanar os problemas no sistema de climatização da unidade hospitalar. Eu recebi reclamações de que o ar-condicionado do pronto-socorro do Hospital Regional não funciona, os pacientes têm de levar ventilador; o hospital é fechado e, com esse calor, o ambiente fica insuportável; os pacientes estão sofrendo além do que já padecem com as próprias enfermidades — isto sem falar de outras unidades. Eu apelo então ao Governo do Estado que providencie a recuperação do sistema de ar-condicionado ali no Hospital Regional, é inadmissível que os pacientes tenham de passar por isso; e não dá para entender por que o Governo até agora não providenciou o conserto do sistema de ar-condicionado do hospital! Daqui a pouco vamos ter de fazer vaquinha para pagar técnicos (ou comprar ventiladores) e resolver o problema. Nós, como disse, estamos reiterando esse pedido, a medida faz-se muito necessária diante da gravidade da situação.

Vários pacientes têm reclamado, familiares de pacientes têm reclamado dessa situação que estamos relatando aqui. Cumpre destacar que não se trata de um problema pontual, mas sim de uma situação reiterada, já levada ao conhecimento das autoridades competentes, por meio de diversas indicações anteriormente apresentadas por este gabinete. Há relatos de que os equipamentos de climatização da ala vermelha encontram-se inoperantes há pelo menos quatro dias, o que agrava o quadro clínico dos pacientes, principalmente daqueles em estado crítico, como os que se encontram entubados. A situação torna-se ainda mais preocupante diante das altas temperaturas registradas em Campo Grande, que vêm ultrapassando nos últimos dias a casa dos trinta graus. É impossível que o Governo do Estado não tenha recursos para fazer a recuperação do sistema de ar-condicionado do Hospital Regional. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Camilla Nascimento de Oliveira, secretária municipal de Assistência Social e Cidadania de Campo Grande, solicitando medidas urgentes para a regularização das visitas domiciliares do Cadastro Único (CadÚnico). A presente indicação faz-se necessária diante das reiteradas falhas na realização de visitas domiciliares no município, situação que tem impedido a atualização cadastral de inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, ocasionado a suspensão, bloqueio ou cancelamento de benefícios essenciais à subsistência dessas pessoas. A ausência dessas visitas tem gerado grande dificuldade na execução da política pública de assistência social, evidenciando deficiência estrutural na prestação do serviço, seja por insuficiência de equipes, acúmulo de demandas ou falhas de gestão e planejamento. É importante dizer que, para ter acesso ao Bolsa Família, ao Mais Social e a outros programas do gênero, é preciso se cadastrar no CadÚnico, só que há uma exigência adicional aqui em Campo Grande: que haja uma visita domiciliar para constatar que realmente aquela família está em situação de vulnerabilidade social. O problema é que não existe equipes em número suficiente para dar conta de todas essas visitas domiciliares, donde resulta que a pessoa, por não ter seu cadastro atualizado, fica sem acesso a esses benefícios sociais. Mas isso não pode acontecer! Então estamos solicitando que a prefeitura, através da Secretaria de Assistência Social, resolva a questão o mais rápido possível... Porque, repito, famílias que precisam estão deixando de receber esses benefícios sociais. Por último, senhor presidente, registro uma indicação endereçada ao senhor Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, solicitando a realização de estudos e a adoção de medidas normativas urgentes para evitar prejuízos aos beneficiários, decorrentes da não realização de visita domiciliar no âmbito do Cadastro Único (CadÚnico). Era o que tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com palavra, o ilustre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, ontem em Brasília, no Palácio do Planalto, aconteceu uma solenidade importantíssima, diria até histórica. O presidente Lula, entre outros atos, assinou aquilo que era demandado havia mais de vinte anos, qual seja, a regularização das terras do povo quilombola da Picadinha. A Picadinha é uma região que fica ali ao lado de Dourados, pertinho da universidade, onde há mais ou

menos um século encontra-se instalada uma comunidade negra. E essa comunidade fazia tempo que vinha reivindicando a sua efetiva aquisição, e o governo do presidente Lula, com a sensibilidade que lhe é peculiar, ontem atendeu a essa antiga demanda. Após intensa negociação com os fazendeiros da região, chegou-se a um acordo e o presidente autorizou a aquisição de 1.700 hectares, que passam a ser terra efetiva, titulada, da comunidade quilombola da Picadinha. Em vista da relevância do ato, eu peço licença a Vossa Excelência, presidente, para ler uma moção de aplauso endereçada ao Excelentíssimo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, pela assinatura, no último dia 24 de março, ontem, do Decreto nº 12.890, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Deizidério Felipe de Oliveira, a famosa Picadinha, localizado no município de Dourados. A medida representa avanço significativo na efetivação dos direitos das comunidades remanescentes dos quilombos, assegurando-lhe o acesso à terra, a dignidade e a preservação de suas tradições culturais, conforme preconiza a Constituição Federal. Trata-se de um ato de grande relevância social, que contribui para a promoção da justiça social, da igualdade e da reparação histórica de povos que, ao longo dos anos, enfrentaram inúmeras dificuldades para garantir seus direitos territoriais. Ao reconhecer o interesse social da área da comunidade quilombola Picadinha, fundada há mais de um século, e promover a sua desapropriação, o Governo Federal reafirma seu compromisso com a valorização das comunidades quilombolas e com o fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável. Ante o exposto, esta Casa de Leis registra o seu aplauso ao Presidente da República, destacando a importância da iniciativa para o Estado de Mato Grosso do Sul e para o Brasil, encaminhando a presente moção como forma de reconhecimento pelo relevante ato em prol da justiça social e dos direitos das comunidades tradicionais. Eis, senhor presidente, o inteiro teor da moção de aplauso que apresento em função do fato histórico, deputado Pedro Kemp, ocorrido ontem lá em Brasília. Apresento também uma moção de apoio — permito-me fazê-lo em nome da bancada, deputado Pedro Kemp, na medida em que a nossa líder não está aqui —, de viva voz, à Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Seção Sindical (Auems), cujos professores associados, na última sexta-feira, comprometidos com a educação de terceiro grau, decretaram em assembleia participativa "estado de greve". Fizeram isso em função de um arrocho salarial que, segundo eles, já lhes corroe mais de 40% do salário — lembrando que o auge da recuperação da universidade estadual foi exatamente durante o nosso governo, quando Vossa Excelência, deputado Pedro Kemp, foi meu secretário de Educação. Todos recordam que a UEMS, quando chegamos ao governo, era considerada praticamente extinta, tanto que o então governo do MDB e do PSDB chegou, no final de 1998, a encaminhar a esta Casa um requerimento (que seria depois enviado ao MEC) pedindo a extinção da UEMS. Nós não aprovamos, seguramos, assumimos e fizemos a recuperação da nossa universidade estadual, do ponto de vista da sua estrutura, do ponto de vista da sua autonomia financeira e administrativa e do ponto de vista da qualificação do seu corpo docente. Vossa Excelência, deputado Pedro Kemp, deve lembrar que dezenas, talvez centenas, de professores da UEMS, durante o nosso governo, fizeram cursos de pós-graduação e mestrado, inclusive fora do Brasil. Foi essa a Uems que nós deixamos, mas que infelizmente, por descuido, vive hoje com extrema dificuldade. Manifesto então, de viva

voz, uma moção de apoio, em nome da nossa bancada, pela decretação de "estado de greve", na esteira da sua luta por reparação salarial. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a ilustre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Infelizmente eu tenho hoje duas moções de pesar. Uma aos familiares da jovem Julia Motta Martins, em razão de seu precoce falecimento, ocorrido a 23 de março do corrente ano. Após aprovada, deverá a moção ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada estadual Mara Caseiro, manifesta seu mais profundo pesar pelo falecimento da jovem Julia Motta Martins. Nascida em 16 de setembro de 2008, Julia partiu de forma precoce, interrompendo uma vida ainda em flor, cheia de sonhos, descobertas e promessas. Sua ausência deixa uma lacuna impossível de ser preenchida, marcada pela saudade e pelas lembranças que permanecerão vivas no coração de todos que tiveram o privilégio de conhecê-la. Neste momento de imensa dor, unimo-nos em solidariedade aos seus pais, Edson Martins e Taiane Motta, aos seus irmãos Luca, Valentina e Theo, e aos seus avós paternos Otelino e Laudelina (*in memoriam*), bem como aos seus avós maternos Marco e Shirley, estendendo nosso abraço fraterno a todos os familiares e amigos. Que o amor que Julia semeou ao longo de sua breve trajetória seja fonte de consolo, e que as boas memórias possam, aos poucos, suavizar a dor da despedida. Que sua lembrança permaneça como luz e inspiração, perpetuada naqueles que a amam. Rogamos a Deus que conforte os corações dos enlutados e conceda-lhes serenidade para enfrentar este momento de profunda tristeza." A Julinha, senhor presidente, que a gente praticamente viu nascer, lutou aí durante dez anos, mas infelizmente acabou perdendo a luta para o câncer, aos dezessete anos. O que nos conforta um pouco é saber que ela certamente estará agora nos braços do Deus Todo Poderoso, recebendo todo o amor e carinho que ela merece. A outra moção de pesar é endereçada aos familiares do senhor Nelson Gomes, em razão de seu falecimento, ocorrido em 23 de março de 2026, no município de Três Lagoas, onde se encontrava internado para tratamento de saúde. Carinhosamente conhecido como "Nelson do CAC", era figura de grande relevância para o município de Cassilândia, onde construiu uma trajetória marcada pelo trabalho, pela dedicação e pelo compromisso com a coletividade. Destacou-se tanto no setor empresarial quanto na vida pública, tendo exercido o mandato de vereador com responsabilidade, seriedade e notório empenho em prol da comunidade. Desde o dia 9 de fevereiro, encontrava-se ele internado para a realização de procedimentos cirúrgicos, enfrentando com coragem um delicado período de saúde que demandou intervenções complexas e cuidados intensivos. Neste momento de dor e consternação, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul solidariza-se com sua esposa, Elenir Fabiana, seus filhos, netos, demais familiares e amigos, rogando a Deus que lhes conceda conforto, serenidade e força para superar tão irreparável perda. Tínhamos também grande estima pelo nosso querido Nelson, da nossa querida Cassilândia... Bem, ontem foi apresentado aqui um pedido de manutenção da BR-163, creio que pelo deputado Zeca, só que o reparo pedido é só para o trecho de Dourados até Caarapó. Eu faço a mesma indicação, só que

estendendo um pouquinho o pedido: que os reparos sejam feitos de Dourados até Mundo Novo. A 163 está se deteriorando e a nova concessionária, a Motiva, precisa fazer esse recapeamento de Dourados até Mundo Novo; há trechos ali intransitáveis, horríveis, colocando em risco a vida do motorista. Os outros pedidos, eu os coloco sobre a mesa, visto que já extrapolei o meu tempo. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra a ilustre deputada Lia Nogueira... Com a palavra o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, bom dia àqueles que nos acompanham pela Rádio e TV Alems. Indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente ao diretor-presidente da Agesul, solicitando a adoção de medidas visando à melhoria da segurança viária e ao controle de velocidade próximo à entrada do Loteamento Nogueira e Campinas Verde, na MS-240, no município de Paranaíba, considerando o elevado fluxo de veículos e a ausência de infraestrutura adequada de segurança no local. Esse pedido nos foi encaminhado pelo senhor César Moreth da Silva Queiróz, diligente vereador do município de Paranaíba, sempre buscando melhorias para a sua população. Ele detectou esse problema na MS-040, fez o pedido para que intermediássemos junto à Agesul para que houvesse um estudo sobre a possibilidade de se realizar essa melhoria na 040... Presidente, pela ordem...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para reforçar o convite aos parlamentares: A Frente Parlamentar Municipalista realiza hoje, a partir das 13h30, uma audiência pública para tratar da distribuição de energia em Mato Grosso do Sul. Não é para criticar nem para prejudicar ninguém, é uma audiência para levantarmos as questões que estão acontecendo; isso decorre de pedidos que viemos recebendo dos mais variados municípios do estado. Enfim, precisamos entender o que está acontecendo e o que pode ser feito para minimizar esses problemas, como atraso na manutenção quando a rede sofre interrupção, como obras realizadas em prazos muito longos, como o alto custo da manutenção, como a substituição do monofásico pelo trifásico (projeto do governo em parceria com a Energisa); precisamos equacionar um encaminhamento, uma solução para que a manutenção de rede seja feita com mais eficiência... porque isso está gerando custo, está gerando prejuízo para os pequenos produtores, além de causar um mal-estar danado para a população. Então o convite está feito, e aqueles que puderem venham, que serão bem-vindos. Temos também uma audiência às 14h00 da comissão que acompanha a concessão da BR-163, coordenada pelo deputado Junior Mochi, outra audiência importante — a Motiva vai apresentar os investimentos e o cronograma. Então, gente, teremos hoje, no mesmo horário, duas importantes audiências (com a presença das duas concessionárias respectivas), o que demonstra a preocupação da Casa, presidente, com assuntos que afligem a população. Era isso, senhor presidente. Obrigada.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Eu me desculpo, presidente, é que quando Vossa Excelência me chamou ainda não havia chegado a minha matéria... Posso ler meu projeto de lei?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vossa Excelência manda, esse horário lhe pertence, a palavra está com Vossa Excelência.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, meu líder, pela deferência... Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha aqui e pela Rádio e TV ALEMS. Eu apresento um projeto de lei que "dispõe sobre a garantia de continuidade do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º - Esta Lei assegura a continuidade do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, no âmbito das instituições de ensino integrantes do sistema estadual de educação. Artigo 2º - O atendimento educacional especializado será prestado de forma contínua, observadas as necessidades específicas de cada estudante, conforme avaliação pedagógica individualizada, podendo compreender, entre outros: I - apoio pedagógico especializado; II - uso de comunicação alternativa e aumentativa; III - utilização de recursos de tecnologia assistiva; IV estratégias educacionais individualizadas (...)". Presidente, este projeto de lei surgiu de demandas que chegaram ao meu mandato, mãe atípica que sou; recebemos, com efeito, muitas solicitações de pais que têm seus filhos hoje no ensino regular (estudantes com deficiência, estudantes atípicos), assim como preconiza a lei da Educação Especial, da inclusão, no âmbito nacional. Acontece que a cada ano muda o professor de apoio e isso é um problema; uma das características do autista, por exemplo, é apegar-se à pessoa, os autistas criam essa relação de apego, de cumplicidade, de carinho com o professor; e quando ocorre essa mudança essas crianças costumam demonstrar certa resistência, o que vem impactando negativamente no seu aprendizado. A presente proposição tem, portanto, o objetivo de fortalecer a efetividade da educação inclusiva no estado de Mato Grosso do Sul, assegurando a continuidade do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação. Embora a legislação vigente já assegure o acesso e a permanência desses estudantes no ambiente escolar, a prática educacional revela um desafio recorrente para nós pais atípicos, qual seja, o da descontinuidade no acompanhamento pedagógico especializado, decorrente da frequente substituição dos profissionais responsáveis. Tal cenário compromete a consolidação de estratégias educacionais individualizadas, dificulta a comunicação, especialmente nos casos que envolvem comunicação alternativa e aumentativa, e prejudica o desenvolvimento global do

estudante. A proposta, portanto, busca qualificar a política pública existente, ao estabelecer diretriz normativa voltada à continuidade do atendimento, com preservação das estratégias pedagógicas e, sempre que possível, da referência dos profissionais já vinculados ao acompanhamento do aluno, respeitando-se, contudo, a autonomia administrativa das instituições de ensino e a disponibilidade de recursos humanos. Portanto, esse projeto de lei está em consonância com a Constituição federal, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e também com esse processo de inclusão no ensino, e sua aprovação, creio, não causará impactos financeiros para o Estado, até porque já existe essa prerrogativa do professor de apoio — o que se cria é a possibilidade dessa continuidade, de forma que, em mudando o ano letivo, não mude o professor de apoio, já que, como disse, existe um vínculo entre esse estudante e esse professor. Por hoje é isso. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 00662/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: um projeto de lei (Prot. nº 00651/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 0652/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00653/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 0667/2026, 00664/2026, 00663/2026); três moções de pesar (Prot. nºs 00668/2026, 00666/2026, 00665/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 00672/2026, 00671/2026, 00669/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 00659/2026, 0658/2026, 00657/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00660/2026). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 00661/2026); uma moção de aplauso (Prot. nº 00670/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero transferir a minha inscrição para a nossa ilustre futura deputada federal Mara Caseiro.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente. Nobre deputada, Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — sem revisão da oradora — Obrigada, deputado Zeca, pela concessão do tempo. Eu gostaria agora de tratar de um assunto muito importante. Eu volto a esta tribuna para falar de algo que nos tem causado muita insegurança, muita preocupação, principalmente dentro das escolas aqui do estado. Todos hão de convir que a sala de aula deveria ser, acima de tudo, um local de aprendizado, acolhimento e proteção; infelizmente, porém, essa não é mais a realidade vivida por muitos alunos, professores, diretores e demais profissionais da educação, aqui e no restante do país. Os números não nos permitem mais discursos vazios nem adiamentos. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, divulgado em julho do ano passado, o número de diretores que relataram haver sofrido agressão corporal, nas escolas do nosso estado, mais que dobrou em apenas dois anos. Saltamos de 90 registros em 2021 para 223, em 2023. No mesmo período, a quantidade de furtos e roubos perpetrados nas

unidades escolares subiu de 168 para 263. Além disso, dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania mostram que, somente em 2024, houve um aumento de 60% nos casos de *bullying* nas escolas de Mato Grosso do Sul; entre janeiro e março daquele ano, o Disque 100 registrou 108 violações no ambiente escolar, 88 delas envolvendo violência contra crianças e adolescentes — números que têm rosto, têm nome, têm família. Aqui no estado, infelizmente, os exemplos são concretos e recentes. Em Iguatemi, por exemplo, em outubro de 2025, um adolescente de quinze anos esfaqueou uma colega de doze anos dentro da sala de aula. Em Bonito, no segundo semestre do ano passado, uma briga entre duas alunas, numa escola estadual, foi incentivada, filmada por colegas e amplamente divulgada nas redes sociais. Em Campo Grande, acumulam-se os registros de agressão nas imediações e dentro das escolas — é homicídio com faca, é perseguição gravada por celular, é estudante espancado até perder a consciência, entre outros tipos de violência. Segundo a Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e à Juventude, os casos desse tipo que lhe chegam já representam 50% do total de ocorrências atendidas pelo órgão em 2025. E isso não é exceção, isso virou rotina, e quando a violência vira rotina, o Estado precisa agir. Todos nos lembramos de alguns episódios recentes que chocaram o país (ataques em escolas, agressões dentro de sala de aula, crimes registrados por celulares e espalhados pelas redes sociais), pois saibam que somente em 2023 foram nove ataques em escolas em todo o Brasil, o maior número da nossa história recente. Diante desse cenário, é nosso dever agir; a propósito disso, tramita na Casa o Projeto de Lei nº 264/2024, de autoria do Poder Executivo, que nasceu da escuta e do sentimento de responsabilidade. Em meu gabinete, eu recebi inúmeras solicitações de professores, diretores e outros profissionais da educação, pedindo-me exatamente isto: mais segurança para os alunos, segurança para quem ensina, segurança para quem trabalha diariamente dentro das escolas. O projeto propõe a instalação de câmeras de segurança em 349 unidades da rede estadual, com critérios claros e responsáveis, como, por exemplo, a vedação expressa à captação de áudio (embora eu seja a favor) e à sua instalação em banheiros e vestiários; o uso das imagens exclusivamente para fins de segurança, prevenção e apuração de fatos; e a total observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Ou seja, não se trata de vigilância indiscriminada, mas antes de proteção institucional da comunidade escolar. É importante lembrar que recentemente foi sancionada a Lei Federal nº 15.159/2025, que endureceu as penas para crimes cometidos dentro das instituições de ensino, sendo que homicídio e lesão corporal, se aí cometidos, são doravante considerados crimes hediondos. Embora um avanço, o advento da lei, por si só, não impede o crime. O videomonitoramento atua antes que o mal aconteça, atua na prevenção, na inibição, ou, em último caso, na identificação rápida e na produção de provas. As câmeras protegem o aluno potencialmente vítima de agressão, protege também o professor de acusações infundadas; protege o gestor, que precisa agir com base em *fatos*, não em versões. Outros estados já avançaram nesse debate. Santa Catarina já aprovou uma legislação prevendo câmeras em salas de aula do ensino médio; o vereador Cleiton Profeta, de Joinville, disse muito bem que "ser contra câmeras em salas de aula não é defesa da educação, é medo de fiscalização, quem trabalha corretamente não teme transparência". O Congresso Nacional também discute propostas semelhantes. O projeto de que falo já foi aprovado em primeira votação, passou por emendas e está agora sob análise na Comissão de Educação. E eu faço aqui um apelo

responsável: não podemos permitir que questões ideológicas se sobreponham à segurança das nossas crianças e dos nossos professores. Este não é um projeto de esquerda nem de direita, é um projeto de *proteção*, de responsabilidade e de compromisso com a vida. A escola precisa voltar a ser um espaço de paz, e paz constrói-se com prevenção, com estrutura e com coragem para tomar decisões difíceis, porém necessárias. Por isso manifesto meu total apoio à aprovação do Projeto nº 264/2024 em segunda votação, e conclamo esta Casa de Leis a fazer o mesmo, a que possamos dar uma resposta clara à sociedade. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul escolhe proteger quem ensina e quem aprende, daí o meu apelo para que o dito projeto venha a Plenário — quem for contra, que vote contra, e quem é a favor, que vote a favor.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concede um aparte, deputada?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Claro que sim, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputada Mara Caseiro, essa discussão é muito importante, inclusive já tive a oportunidade de me manifestar a respeito aqui na Casa. Realmente essa questão das câmeras nas escolas tem contribuído muito para a redução da violência, da depredação das dependências das escolas, tem contribuído inclusive para o esclarecimento de conflitos cujas imagens ficam gravadas. Embora controvertido ainda o tema da colocação de câmeras nas salas de aula, muitos diretores de escola, muitos professores manifestaram-se já favoráveis a essa proposta. Algumas escolas inclusive se anteciparam à eventual aprovação da lei e já instalaram câmeras (sem o áudio) nas suas salas, eu sei disso porque já visitei algumas, e esses diretores relataram que a medida tem contribuído muito para a garantia da segurança de alunos e professores. Muitas vezes essas câmeras são acionadas para esclarecer algumas situações que ocorrem em sala de aula. A nossa deputada Gleice Jane, que está como relatora desse projeto na Comissão de Serviço Público, acaba de me informar que ainda não devolveu o projeto para ser votado pelo Plenário porque está ainda aguardando uma manifestação do Secretário de Educação, que também tem interesse na matéria, mas que após essa resposta ela o devolve prontamente... Seja como for a discussão é muito importante, as escolas aguardam essa votação...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Ansiosamente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ...e entendo que tecnologia tem mesmo de ser colocada a serviço da educação, da segurança das pessoas. Acredito que essa lei será um avanço para Mato Grosso do Sul.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência muito contribui com a minha manifestação. E fico feliz de saber que se está só esperando uma posição do Governo, afinal o projeto veio do próprio Executivo. Já conversei com o [secretário] Hélio [Daher], ele está ansioso para que aconteça essa

aprovação, e acredito que logo, logo vem o seu parecer; havia aquela discussão se a gravação devia ou não conter áudio, mas enfim, acho que já houve aqui um entendimento: mesmo que seja sem áudio, a medida será muito útil, vai inibir ou elucidar várias ocorrências dentro das escolas, dentro das salas, e tenho certeza de que os nossos professores, toda a comunidade escolar, todos queremos segurança. A gente está vendo aberrações acontecer; recentemente, faz menos de cinco dias, tivemos aí vários casos acontecendo em escolas aqui em Campo Grande. Se não resolve 100% do problema, essa lei, acredito eu, pode muito bem inibir inclinações sombrias em nossas escolas. Antes de encerrar, aproveito para comunicar que hoje à noite, a partir das dezenove horas, teremos aqui uma Sessão Solene para homenagearmos os artesãos de Mato Grosso do Sul, esses profissionais cujo talento e cuja criatividade levam a nossa cultura, em obras maravilhosas, para todo o país e até para fora. Era o que eu tinha, presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de vinte e dois minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, pedi a palavra apenas para registrar aos nobres colegas que ontem realizei uma audiência pública aqui na Assembleia Legislativa, em parceria com algumas entidades ambientalistas, como a Fundação de Justiça Ambiental e a SOS Pantanal, para discutirmos a questão da hidrovía Paraguai-Paraná, que está sendo proposta, atravessando os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Trata-se de um megaprojeto que pode ter impactos enormes para o nosso bioma Pantanal. A hidrovía Paraguai-Paraná é uma discussão que já vem sendo travada há décadas, porém até hoje não há ainda consenso sobre sua viabilidade econômica e sobre os seus eventuais impactos socioambientais. Havia, parece-me, cinco projetos de dessa natureza sendo estudados, propostos pelo governo federal, quatro dos quais foram suspensos. Foi suspenso, por exemplo, o projeto do Tapajós (depois daquela manifestação de uma comunidade indígena, o governo suspendeu o projeto). Suspendeu o Tapajós, mas não suspendeu o projeto da hidrovía Paraguai-Paraná, que terá impactos enormes sobre o bioma Pantanal, é o que dizem pesquisadores, especialistas de diferentes áreas... Pois ontem tivemos aqui pesquisadores de universidades, da universidade federal, da estadual, tivemos aqui especialistas, ambientalistas, pessoas que estudam o assunto em profundidade. Esteve também na nossa audiência o presidente do Ibama, o senhor Agostinho Mendonça, que está participando da COP15, mas que achou um tempo para se fazer presente. Fez ele uma manifestação bastante ponderada, responsável, e eu acredito que nós precisamos nos mobilizar no sentido de sensibilizar as autoridades em Brasília para que o governo federal suspenda esse megaprojeto que pode trazer péssimas e irreversíveis consequências para esse bioma tão sensível, que é o nosso Pantanal. O avanço dessas obras poderá trazer grandes danos ambientais para o Pantanal, que é a maior planície alagada do mundo, principalmente ao Pantanal do Sul, por conta do plano de aprofundamento de setecentos quilômetros do canal natural do rio Paraguai, alcançando afluentes como o rio Miranda, o Taquari e o Cuiabá. Importante lembrar que nas últimas

décadas já houve uma redução de até 70% do volume de água do Pantanal. A maior planície alagável do mundo está enfrentando problema de seca!... E mais, com o aprofundamento do leito do rio (setecentos quilômetros!), com esse rebaixamento do volume d'água, pode acontecer que o rio deixe de transbordar e, conseqüentemente, que deixe de fazer aquele alagamento característico do Pantanal, isto sem falar das óbvias conseqüências para a fauna e a flora da região. Temos agora aqui a COP15 discutindo espécies migratórias, pois o Pantanal é um corredor de espécies migratórias, espécies que poderão ser afetadas se houver esse impacto no volume das águas e nas enchentes do nosso bioma. Eu queria reforçar que só nessa etapa o projeto já consumiu bilhões de reais! O principal problema nessa liberação, que vem sendo ignorado desde o início, são os danos ambientais e sociais que vão atingir diretamente uma área crucial para o pulso de inundação do Pantanal, bioma sensível, dependente do sistema de inundações do rio Paraguai e de seus afluentes. A região reúne um mosaico de unidades de conservação: o Parque Nacional do Pantanal Mato Grossense, o Parque Estadual do Guirá, a Estação Ecológica do Taiamã, a terra indígena guató, além de várias comunidades ribeirinhas e outras comunidades tradicionais pantaneiras. Ontem, o doutor Marco Antônio, procurador da República, lembrou que a hidrovia já existe é utilizada há muito tempo, e que não se pode permitir que haja um aprofundamento do leito do rio. Algumas vezes ouvi aqui na Assembleia uma frase que sempre me marcou: "É preciso que as barcas se adaptem ao leito do rio e não que o rio se adapte às barcas." É isso que nós temos de fazer, ninguém aqui quer impedir o desenvolvimento econômico, o escoamento da produção, do minério, que a gente sabe que há uma grande produção de minério ali na região de Corumbá, essa hidrovia começa lá em Cáceres, em Mato Grosso. Ninguém quer impedir o desenvolvimento econômico, mas nós não podemos também sacrificar o bioma, acabar com o Pantanal para atender aos interesses econômicos de uma ou duas grandes empresas (que têm grandes interesses ali nesse negócio). O que está por trás dessa proposta é justamente atender aos interesses dessas grandes empresas; a gente sabe que muitos desses empreendimentos lá um dia dão com os burros n'água, só que aí já seria tarde demais para salvar o Pantanal. Nós não queremos que o Pantanal seja uma tênue lembrança no futuro, nós queremos que ele sobreviva, que ele seja preservado, de maneira que essa questão do projeto da hidrovia precisa ser muito bem repensada, estudada com muita responsabilidade, por conta dos danos ambientais e sociais que esse megaprojeto vai com certeza acarretar. Conforme avancem as dragagens, toda a dinâmica de vazão dos rios vai mudar, pois o aprofundamento da calha do rio gera uma diminuição de possibilidade de alagamento lateral, o que será um desastre para a planície pantaneira. Então, senhor presidente, queria deixar aqui registrado o debate bastante qualificado que ocorreu ontem, debate com muita estudo científico, técnico e que, acredito, deve chamar a atenção das autoridades da área ambiental, do nosso governo; vamos também levar ao conhecimento da bancada federal e do governo federal a nossa preocupação com os impactos desse megaprojeto sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida das populações que vivem na região pantaneira. Era isso, muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de vinte e dois minutos. É um número bom, vinte e dois.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares. Hoje esta Casa terá a oportunidade de discutir a votação do Reajuste Geral Anual dos servidores, instituído por lei. Em vista disso, acho interessante anunciar que vamos impetrar um mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça, porquanto é um absurdo que um tema dessa envergadura chegue tão rápido a esta Casa, saltando por cima de todas as etapas intermediárias, passando ao largo do debate, da discussão, expediente imprescindível para conhecer os números, os detalhes, a essência mesma da medida. Acordo de lideranças, deputado Pedro Kemp, deputado Zeca do PT, deputado Hashioka, deveria ser acordo de... *lideranças*, inclusive as da minoria e da oposição. Chega a ser antijurígeno firmar um documento onde só figuram as lideranças do Governo, para impedir que haja uma discussão. E digo isso porque eu tive de, ontem, fora do horário de expediente, tive de redigir uma emenda modificativa ao texto, concedendo 7,79% de reajuste, porquanto o último reajuste concedido pelo governador Eduardo Riedel não chegou a 30% da corrosão inflacionária. Então, senhores, se formos contrastar, de um lado, a perda do poder de compra do salário do servidor público do Estado, que vem desde governos anteriores e, de outro, a reposição dada pelo Eduardo Riedel, nós estamos falando aí de uma defasagem de 50%, 60%. O servidor precisa entender que esse valor se lhe está sendo tirado, precisa entender que a reposição, quando vem, precisa ser comparada com tudo aquilo que aumentou — só a gasolina, oito pontos percentuais; só a inflação acumulada, mais de cinco. Além de descumprir aquilo que prometera, o governador Eduardo Riedel está, por assim dizer, *tirando* do servidor público. Agora, essa emenda foi rejeitada, colegas, por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Qualquer Casa de Leis seria permite que na sua comissão de justiça haja um recurso para o Plenário... Ora, nós somos vinte e quatro parlamentares; para derrubar essa emenda, a CCJR não disse se são ou não viáveis os 7%, ela simplesmente disse que é ilegal dar aquilo que o Eduardo Riedel já deu noutros anos, mesmo tirando dos servidores. Então vejam, a CCJR está invadindo o mérito da discussão, dando carta branca ao Eduardo Riedel para tirar recurso do servidor público. Que que é isso?... Que se derrube a emenda em Plenário. Então não há isso de acordo de lideranças sem o posicionamento da minoria; qualquer Parlamento, qualquer Assembleia tem isto: acordo de líderes contempla também o líder da minoria e o da oposição. Contra decisões da CCJR ou de qualquer outra comissão da Casa, cabe recurso ao Plenário. Por isso que eu disse que, ao tirar a vaga do PL da comissão mais importante da Casa, Eduardo Riedel estava divisando exatamente o cenário que aí está, assim como entrevê um cenário de destruição do nosso partido. Eu quero ver agora o que vai sobrar do PL para deputado federal, quero ver o que vai sobrar para senador, quero ver o que vai sobrar para deputado estadual. Mas enfim, sem mudar o tema, eu quero que Vossas Excelências vejam uma matéria que foi publicada no Instagram do jornal *Midiamax*: "Riedel encaminha projeto para reajuste de 3,81% aos servidores estaduais de Mato Grosso do Sul." Eu vou ler aleatoriamente alguns dos 197 comentários: "Saudades do Puccinelli, de 3% de Cassems come 4%, e ainda quer ser reeleito?"; "O meu

voto não tem nem para presidente de bairro"; "Não repõe nem a inflação, misericórdia!"; "Volta, Zeca!"; "Era melhor o Azambuja"; "Cuidado, Ruíndel, com esse tipo de projeto você pode perder a eleição, ou faz correto ou não faz nada"; "professores é 5,4%, nossa! bem menor que a inflação"; "Nossa! que reajuste, parabéns pelo esforço de humilhar o servidor que votou em você"; "Governador péssimo"; "A partir de janeiro, repasse acontece no Fundeb"; "3,1% é um absurdo!"... E chovem emojis, de palhaço, de cara raivosa... E a coisa segue: "Os únicos servidores que o apoiam são os comissionados, que não têm competência para passar em concurso"; "O reajuste deveria ser igual o dado aos deputados estaduais e ao próprio salário dele, na hora de beneficiar os servidores a conversa é sempre a mesma: tem de controlar o orçamento... depois querem que o servidor trabalhe animado"; "Tá querendo voto, vai perder feio, os servidores e os aposentados vão acordar"; "Eleições vindo, né? meu filho, chega a ser ridículo, vergonhoso: voto no outro"; "Cadê o retroativo e as promoções da PM?"; "Eh, campanha! tá ruim, hein? governo horrível"; "3,81% não repõem a inflação: ridículo, Deus nos livre!"; "Governo ruíndel, governo horrível"; "E os professores convocados? uma vergonha!"; "O PSDB destruiu as carreiras do funcionário, volta, Zeca!"; "Eduardo Riedel: vergonha!"; "Não cobre o aumento da Cassems"; "Quer passar mel com esse valor: em ano eleitoral não vai funcionar"... Enfim, são vários comentários, muitos pedindo a volta do Zeca, a volta do Puccinelli e a volta do Azambuja. Em nossa emenda, nós consideramos o índice de 7,79%, e fizemos isso levando em consideração dois fatores: o impacto inflacionário recente (até março), ou seja, o aumento de 5% no custo de vida de Mato Grosso do Sul mais a inflação acumulada de 2,79%, no período de maio de 2025 a maio de 2026... Então, senhores, se o Governo quer discutir inflação, que o faça à luz da inflação real, aquela que deveras incide sobre o servidor público, e não apenas com base em índices formais e abstratos. Essa discrepância se revela de maneira contundente quando levamos em conta, por exemplo, os custos da saúde. No fim de 2025, em especial, a Cassems reajustou as contrapartidas de consultas e procedimentos com aumentos que chegaram a 50% em determinados casos; a consulta, como todo mundo sabe, foi fixada em R\$ 35,00 e fixou-se o teto da coparticipação ambulatorial: R\$ 150,00 por procedimento. Eu cito a Cassems, porque este é um custo direto, que impacta a saúde... Agora, eu gostaria de fazer uma pequena digressão, queria que vocês comparassem o que está acontecendo com aquilo que não faz muito dizia o Eduardo Riedel. Ele falava num tal de *colchão grande fiscal*, que ia amortecer impactos, que estava tudo resolvido... Mas acho que os seus aliados lá na Sefaz esfaquearam esse colchão, e dali só escapou ar ou correu água, deputado Zeca. Se é verdade que esta Casa aprovou a criação de diversos cargos proposta pelo Eduardo Riedel, eu preciso lembrar que votei contra, porquanto o aumento concedido para os servidores comissionados chegou a 90%, salários que eram de R\$ 5.884,00 saltaram para R\$ 11.200,00, cifra que com a bonificação dos penduricalhos subiu a estratosféricos R\$ 17.920,00! Foi isso que aconteceu com Mato Grosso do Sul! Eu vinha, vinha e vinha à tribuna pedir ao governador que parasse com aquilo. Diversos aliados nossos foram cooptados, lideranças no interior... lá na Casa Civil, eram setenta pessoas trabalhando, isso nem cabe no Parque dos Poderes (passou a ser 150!). Talvez fosse interessante solicitar ao Corpo de Bombeiros que avaliasse esses prédios, deputado Zeca, deputado Hashioka, para ver se suas dependências são compatíveis com esse número enorme de pessoas que figuram na folha

do governador. Eu gostaria de convocar todo mundo para o trabalho, no mesmo horário. Não haveria prédio que desse conta de tanta gente. E no entanto elas continuam recebendo esses polpudos salários, enquanto o servidor público ordinário não recebe sequer a perda da inflação na sua recomposição. Salários que eram de R\$ 26 mil passaram para R\$ 28.429,00; salários que eram de R\$ 11 mil passaram para R\$ 13.635,00; salários de doze passaram para quatorze; de dez passaram para doze e assim vai. Em certos casos concederam-se 140% de aumento para cargos comissionados, tudo proposto pelo governador Eduardo Riedel e que esta Casa, infelizmente, confiando nesse colchão fiscal furado do governador, aprovou. E agora esta mesma Casa barra uma emenda na CCJR? Que absurdo! Barra dizendo que é ilegal o impacto orçamentário... *legal*? Mesmo com todos os argumentos jurídicos e fiscais feitos com base em dados concedidos pelo próprio governador Eduardo Riedel?!...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência me permite um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Permito.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado João Henrique, primeiro quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento (particularmente pelo conteúdo) que faz Vossa Excelência, chamando esta Casa à responsabilidade de promover um debate aprofundado acerca do momento que vivemos, e o que se prenuncia é muita crise. Aliás, nada mostra mais claramente a dificuldade do Governo do que quando a bancada governista desaparece do plenário. Percebam aqui, oh: quase ninguém... Há um ou outro que acho que se esqueceu de levantar, se lembrar, vai sair; isto é sintomático para quem conhece a Casa: é o desespero de quem não tem argumentos, nós sabemos como isso funciona. O grande problema, deputado João Henrique, é que nós, no meu humilde entendimento, chegamos a um impasse; 3,8% é um tabefe na cara do servidor público. Como diz Vossa Excelência, isso não repõe nem o mínimo da inflação. É um tabefe que vai provocar um movimento (aliás já iniciado pelos professores da universidade estadual) de reivindicação, de luta e, conseqüentemente, de paralisação, essa é a tendência. O pior de tudo é que, ao mesmo tempo que temos esse cenário, não digo de radicalização, mas de luta por direitos, temos de outro lado a informação — que me chegou ontem, de agentes importantes do governo Riedel — de que não há colchão nenhum... Vossa Excelência disse bem que furaram o colchão e saiu vento; o tal do colchão de recursos para amortecer a crise nunca existiu. Portanto a história do bom gestor também jamais existiu; e o que é pior, deputado João Henrique, a informação que tive ontem é que o Governo está dando 3,8% sem ter caixa! Sem ter recursos para pagar três, ponto, oito! Vejam o drama! De um lado dão um tabefe com esses 3,8%, que não resolvem a vida de ninguém, que vão provocar, ao contrário, movimento de paralisação; e de outro lado — vejam o dilema do governador e da sua equipe —, nem esses três, ponto, oito ele consegue pagar. Portanto a única, a única alternativa do governo do PSDB, do PMDB e aliados. Que na verdade essa sopinha de siglas não engana ninguém, é tudo igual; PP, União, PL, MDB, PSDB e não-sei-quê... é tudo igual: é uma sopa de siglas para enganar os incautos. A única saída do Governo, dizia eu, é recorrer a empréstimo. Daí o desespero, daí a tentativa do governador de encantar Lula domingo, na

vinda deste a Campo Grande. Só que o timoneiro do estado está demonstrando uma enorme inexperience: se há todo esse drama, então pra quê xingar o presidente de *poste*?!... Esse é o drama; o que eu puder fazer, disse isso a Vossa Excelência agora há pouco, o que estiver ao meu alcance eu vou tentar fazer, na minha humildade, para compor, para não agravar uma crise que se prenuncia terrível para Mato Grosso do Sul. Uma pena.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Obrigado pelo aparte, deputado Zeca. Eu já sabia que não existia esse colchão fiscal, o que havia, quando muito, era um lençol para o servidor ficar deitado no chão, no frio; o que eu não imaginava era que o governador ia ter a coragem de puxar até esse lençol curto do servidor. Não imaginava mas devia ter imaginado, é o que se espera de quem segura consignado, levando funcionário a ter de devolver compra dentro de supermercado, a não ter nem para o combustível, é o que se espera de quem pede para a sua base derrubar um requerimento de dados comprobatórios de toda essa lambança... Os comentários que li há pouco, como o "Volta, Zeca", "Volta, Puccinelli", "Volta, Azambuja", não deixam dúvidas de que estamos diante do pior Governo da história para o servidor público sul-mato-grossense, é um cenário que prenuncia mudança certa em 2026. Para finalizar, adianto que vou indicar voto contrário a esse reajuste, não quero ser conivente com a subtração de dinheiro do servidor: não é outra coisa o que se faz, quando não se recompõe de acordo com a inflação real. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **ORDEM DO DIA**.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove deputados presentes. Portanto, há quórum para deliberação das matérias pautadas para hoje.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 034/2026. Autor: Poder Executivo (por acordo de líderes). "Dispõe sobre a Revisão Geral Anual do vencimento-base ou do subsídio e dos eventos constantes do Anexo desta Lei, que compõem a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para declarar o voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar o voto, tem a palavra o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou votar favoravelmente, posto discorde do índice apresentado pelo Governo. Acredito que com esse índice agrava-se ainda mais a defasagem salarial do servidor que vem sendo perpetrada ao longo dos governos do PSDB. Sempre que há algum projeto de reajuste ou de recuperação salarial,

nós da bancada do Partido dos Trabalhadores sempre votamos a favor. Então queria deixar bem claro que, muito embora consideremos insuficiente e insignificativo o aumento, nós votamos favoravelmente: não vamos ser contra reajuste de servidor. O presente reajuste deixa os servidores do Estado totalmente insatisfeitos, revoltados com essa forma como o Governo vem tratando a categoria... E por falar em categoria, vejam que o Governo não tem nem recebido os sindicatos respectivos delas, não recebe o fórum dos servidores, que com frequência solicitam um encontro com o Governo para discutirem a sua situação; é assim inclusive com os professores da universidade estadual, como o deputado Zeca falou aqui... Seja como for, repito, não poderia deixar de votar favoravelmente ao reajuste salarial dos servidores.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para declarar o voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar o voto, com a palavra o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaro meu voto favorável e aproveito, de passagem, para comentar a questão da CCJR. O deputado João Henrique sabe perfeitamente que nesse caso que ele menciona há vício de iniciativa, que qualquer emenda é exclusiva do Poder Executivo, afinal o projeto trata dos cargos e da carreira do servidor, de recomposição salarial, ele sabe, o resto é tudo discussão eleitoral, bravata; agora ele se junta ao PT para fazerem oposição. Então, para que as pessoas que nos ouvem entendam: a CCJR fez o papel dela de rejeitar uma emenda que não tem o impacto financeiro, num projeto de exclusiva iniciativa do Poder Executivo, e ele sabe que nós não podemos legislar em matéria envolvendo salário do funcionalismo público; ele sabe disso, é advogado, mas tais bravatas fazem parte do período eleitoral. Com relação ao reajuste, a gente sabe que o que está aí não atende aos anseios da categoria; são 47 categorias, que merecem um reajuste justo, algumas aguardando isso já há um bom tempo — mas o Governo faz aquilo que é possível... E aí eu preciso parabenizar o governador no seguinte aspecto: ele assumiu o compromisso de manter a RGA [Revisão Geral Anual]. Então, mesmo com a receita patinando ou mesmo andando para trás, ele vai manter o RGA pelo quarto ano consecutivo. Ou seja, ele cumpriu o compromisso que fez na campanha. É isso suficiente? Não é, claro que todos queriam mais, mas ele cumpriu com a palavra, mesmo ciente das eventuais dificuldades de caixa que poderiam sobrevir. Portanto, frise-se: o governador honrou o compromisso assumido e vai permitir que quase 80 mil servidores tenham uma recomposição da inflação de abril de 2025 a março de 2026, o IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo]. Então, voto a favor e parabenizo o governador por haver cumprido seu compromisso eleitoral.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar o voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, o deputado Caravina vai entrar para a história como o único delegado que não quer investigar os fatos, não tem interesse em trazer documentos que possam comprovar aquilo que é ou não verdade; e é dever de todo delegado fazer isso. Agora, dizer que nos é vedado propor emenda em matéria de iniciativa do Executivo é desconhecer completamente o direito constitucional, o Regimento Interno... A *iniciativa*, sim, é do Governo, mas quem define como fica o texto final é a nossa Casa, não é outra aliás a razão dos nossos debates. É compreensível que o deputado Caravina não tenha argumentos para defender o Governo diante de tanta barbaridade, mas reinventar o direito, deputado?... Fico até com vergonha alheia se este é o único argumento para justificar o injustificável — que é tirar dinheiro do servidor público. Eu voto então, em protesto à fala de Vossa Excelência, contra, voto contra esse índice, pois sinto-me incomodado em ver esse dinheiro sendo tirado dos servidores, quando se lhes deveria dar pelo menos o mínimo. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Zeca do PT, para declaração de voto.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu voto contrariamente ao projeto do Governo, e o faço com tristeza, porquanto sou obrigado a divergir de uma das figuras mais importantes da história do nosso partido, que é o deputado Pedro Kemp. Voto contra porque isso aí é um tabefe na cara dos servidores públicos. Respeito o posicionamento do deputado Pedro Kemp, mas eu me permito, meu caro, querido amigo, companheiro, ilustre figura, permito-me votar contra. Segundo, eu acho que o deputado Caravina, além de deputado, além de delegado, é malabarista. Ele faz um malabarismo danado com um monte de palavra rebuscada, que até fico vexado por ele, isso para tentar justificar, como diz o querido deputado João Henrique, o injustificável, justificar o impossível de se justificar: é um horror o que estamos ouvindo aqui. Eu acho até, presidente, que a ilustre figura desse grande companheiro, líder do Governo nesta Casa, o deputado Londres Machado, deveria somar-se a Vossa Excelência e chamar aqui o governador (e equipe) para uma reunião reservada na presidência, para nos explicar a real dificuldade que o governo vive: não se pode enganar a todos o tempo todo, uma hora a máscara cai... já começou a cair. Que venha aqui e diga: "Olha, eu fui à falência, eu errei, não havia colchão, o Estado vive uma situação precária, falimentar ou pré-falimentar, e eu preciso do apoio de vocês, sob pena de este Estado regredir àquela deplorável situação de 1998, no governo do MDB e do PSDB, quando não se conseguia pagar salário." Por isso voto contra.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O deputado Paulo Duarte está presente on-line e avisou que não está conseguindo acessar o sistema para votar, mas ele registra o seu voto favorável.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 034/2026, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADA MARCIO FERNANDES (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Não.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São treze votos favoráveis e três votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 195/2025. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Caminho do Imaculado Coração de Maria." A redação final elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o ilustre deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Como eu fui citado novamente, gostaria de fazer uma observação. O deputado João Henrique disse que delegado não pode ser contra o levantamento de informações. Eu sou contra é a requerimento eleitoreiro. Hoje o senhor apresentou mais um desses (estou lendo aqui), mais um, de um assunto já batido. É um momento eleitoral, a gente sabe que este ano as coisas vão se acalorar; agora, votar contra reajuste de servidor é muito ruim. Era melhor dizer: eu voto contra porque sou contra tudo, eu sou oposição, e eu quero tentar ganhar a eleição, sou pré-candidato: está todo mundo sabendo que é isso. Agora, apostar no quanto pior melhor? Não! Vamos aprovar a reposição de 3,81% e vamos trabalhar para que as categorias (são 47) vão ganhando terreno nos seus respectivos pleitos. Então eu gostaria de deixar claro: toda vez que eu perceber o caráter eleitoreiro de um pedido, a sua falta de fundamento, eu voto contra... E na CCJR não adianta esperar, aquilo que for legal, aquilo que não tiver vício de iniciativa será aprovado, de qualquer parlamentar. Agora, projetos apresentados sem condição nenhuma de seguir, só para jogar para a torcida, não passarão na CCJR. E volto a repetir, deputado João Henrique: que bom que estamos falando de baixo reajuste, e não de atraso de salário, como foi no mandato do ex-governador Marcelo Miranda.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu gostaria de alertar os nobres pares que está em votação Projeto de Lei nº 0195/2025, de autoria do ilustre amigo deputado Roberto Hashioka, em segunda.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Voto favorável, está de parabéns o deputado Hashioka, já falei isso na CCJR, por esse projeto que inclui o Caminho do Imaculado Coração de Maria no calendário oficial de eventos estaduais. É uma caminhada que sai de Bataguassu para Nova Andradina, que envolve toda a comunidade católica dos municípios da região, o evento vem crescendo a cada ano. É isso, voto favorável.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 195/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADA MARCIO FERNANDES (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Parabéns, deputado Roberto Hashioka. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 094/2025. Autor: deputado Junior Mochi... Retirado de pauta. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 213/2025. Autor: deputado Antonio Vaz. Retirado de pauta...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente eu pedi pela ordem, mas quero na verdade pedir licença, eu sei que isso não está no Regimento, mas eu peço licença para os colegas e para presidência para falar rapidinho sobre uma situação que nos preocupa...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vossa Excelência sabe que eu não posso permitir, deputada. A senhora está on-line, nós estamos em processo de votação, conto com a sua compreensão... Mas bem, vou lhe conceder a palavra quando chegarmos às Explicações Pessoais, se Vossa Excelência assim desejar ainda. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 04 requerimentos, 23 indicações, 01 moção de protesto, 01 moção de apoio e 03 moções de congratulação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, eu quero pedir vista do Requerimento nº 598/2026.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vamos separar então. Estamos votando, portanto, 03 requerimentos, 23 indicações, 01 moção de protesto, 01 moção de apoio e 03 moções de congratulação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente, se Vossa Excelência me permite, antes de o pessoal ir embora.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Claro.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero contribuir para resgatar a verdadeira história deste estado, só isso. O deputado Caravina, amigo, parceiro, fez referência ao problema dos atrasos de salário no final do governo do nosso querido, meu amigo particular, doutor Marcelo Miranda. Para ser justo com a história, é bom que se diga aqui que o governo Marcelo Miranda só atrasou salário — não sou seu advogado, mas é preciso ser justo com a história —, só atrasou salário porque o então candidato, o saudoso Pedro Pedrossian, interferiu junto ao então banco Bamerindus para que este não liberasse o empréstimo já conseguido pelo Governo para honrar seus compromissos. O mesmo acontece agora, quando o governo Riedel solicita desesperadamente empréstimo e quer a qualquer custo a assinatura do presidente Lula. Portanto, é preciso fazer justiça com a história: o Marcelo Miranda não foi responsável por aquilo, aquilo foi consequência dessa manobra que o saudoso Pedrossian fez na política para inviabilizar o governo do seu parceiro. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu discordo completamente dessa afirmação do nobre governador, até para não macular a memória de um grande governador que teve este estado, que foi o Pedro Pedrossian. Acho que essa discussão podia parar por aí, que fica mais legal.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — O doutor Pedro não faria um negócio desses, eu fui secretário dele e sei, era um homem de muita seriedade...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Só um minutinho, deputado... Faço questão de reagir ao aparte do deputado Caravina para fazer justiça ao Pedro Pedrossian... Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Eu fui mencionado pelo deputado Caravina, mais uma vez ele covardemente solicita vista de um requerimento nosso pedindo transparência. Mas já que o deputado Caravina toca na questão dos salários pagos em atraso, eu agradeço ao deputado Zeca do PT pelo registro histórico que faz, que está sacramentado em livro por um dos maiores historiadores e geógrafos de Mato Grosso do Sul, o professor Hildebrando Campestrini... Só acho baixo, vil, envolver o nome de um senhor que está em dificuldade, fazendo hemodiálise, sem condições de se defender (não sou seu advogado, sou seu neto). Aliás é irônico evocar esse fato ocorrido cinquenta anos atrás, diante do fato de terem ido atrás de um ex-secretário particular do meu avô para resolver problemas de gestão do Riedel: o Jorge Martins foi secretário do então governador Marcelo Miranda. É fácil atacar o governador Marcelo Miranda, difícil é entregar o que o governador Marcelo Miranda entregou, em matéria de escola, em matéria de saúde, em matéria de água potável, em matéria de infraestrutura, rodovias... Eu tenho prazer em defender o governo Marcelo Miranda... Falar de atraso de salário?!... Ora, Caravina, vamos

estudar a história, vários governadores deste estado passaram por problemas, a novidade agora é a mentira e a falta de transparência. Estou pronto para o debate, deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente, eu fui citado, coisa rápida, eu preciso falar...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu gostaria só de encerrar a votação...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Tudo bem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em ano eleitoral é isso mesmo, não há problema nenhum. Mas eu lembro que estamos votando 03 requerimentos, 23 indicações, 01 moção de protesto, 01 moção de apoio e 03 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. E fica concedida a vista pedida pelo deputado Caravina, que quer falar pela ordem...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Primeiro, é prerrogativa pedir vista, de qualquer projeto, deputado João Henrique. Você pediu vista de vários projetos do Governo. Outra coisa, eu não falei nada do seu avô, eu falei de um fato histórico, de atraso de salário, não entre na lógica da vitimização. Eu conheço essa estratégia, bate no Governo e aproveita qualquer ensejo para posar de vítima. Não vai funcionar, não se ganha eleição dessa forma, deputado João Henrique, eleição ganha-se é com trabalho, as pessoas votam em quem trabalha. Vossa Excelência é que está baixando o nível, eu não levantei nada pessoal, não conheço o ex-governador Marcelo Miranda. Eu falei de um fato, de atraso de salário, e que hoje, apesar dos pesares, estamos discutindo, felizmente, reajuste, se ele saiu bem abaixo do esperado, é porque o governador não pôde conceder mais, que ele teria prazer em fazê-lo se pudesse. Faço questão de fazer esse registro porque fui atacado, inclusive como delegado de Polícia, logo eu, com trinta anos de carreira, eu que me aposentei sem jamais ter respondido a um processo administrativo, trabalhando em várias regiões; trabalhei aqui em Campo Grande, trabalhei em Bataguassu, o que me levou a ser eleito prefeito por dois mandatos e deputado estadual; se tivesse sido um mau delegado, eu não teria chegado aonde cheguei. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Item 6. Moção de pesar. Apresentada pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento da professora Salua Mokayad Ferro. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Deputada Gleice Jane, se Vossa Excelência ainda quiser se manifestar... Não? Seguimos em frente então. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão. Obrigado aos nobres pares, e obrigado a Deus (11h17min).